



CONCEITO DE CIDADE: DIFICULDADES E RAZÕES PARA FORMULÁ-LO

CITY CONCEPT: DIFFICULTIES AND REASONS TO FORMULATE IT

Clovis Ultramari¹

Resumo

Esta é uma discussão sobre atributos comumente utilizados na conceituação de cidade. Referencia-se em autores que vivenciaram o surgimento da problemática urbanística como tema científico, que revelam opções conceituais e que, nos seus conceitos, defendem mudanças urbanas. O raciocínio resulta também de publicações e pesquisas anteriores que permitiram agregar partes a este artigo². A conclusão estabelece o caráter líquido e flutuante desse conceito, suas mudanças ao longo do tempo e a recorrente influência que recebe do desejo de transformação do uso e apropriação daquilo produzido no espaço urbano. Conclui que, a busca da clareza conceitual do termo cidade, ainda que sempre incompleta, contribui para o próprio debate sobre o objeto: a cidade vivida.

Palavras-chave: Conceito de cidade, Conceito de urbano, epistemologias do urbano.

Abstract

This is a discussion about attributes commonly used in city conceptualization. It is based on authors who have experienced the emergence of urbanistic issues as a scientific theme, which reveal conceptual options and, in their concepts, advocate urban changes. The reasoning presented in this article also stems from previous publications and research by this author, enriching it with parts already elaborated. The conclusion establishes the liquid and floating character of this concept, its changes over time and the recurrent influence it receives from the desire to transform the use and appropriation of what is produced in the urban space. It concludes that the search for conceptual clarity of the term city, although always incomplete, contributes to the debate about the object itself: the city we live in.

Keywords: City concept, Urban concept, urban epistemologies.

Introdução

¹ Arquiteto. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (2001). Professor permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná. Coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da CAPES. Coordenador da Área Estratégica Cidades da PUCPR. Pesquisador visitante junto à UCLA/ Los Angeles, The George Washington University/ Washington-DC, e MIT/ Massachusetts Institute of Technology/ Cambridge. Bolsista produtividade CNPq. Email: ultramari@yahoo.com.

² Duas fontes importantes merecem destaque: o livro *Diálogos entre a Cidade: ente Filosofia, Arquitetura e Urbanismo* de CRESTANI, A.; OLIVEIRA, J. e ULTRAMARI, C. (2017) e a série de aulas magnas na disciplina Pesquisas Contemporâneas, para o curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (2018), conjuntamente com outros programas da América Latina.

Para iniciar este artigo, duas questões nos servem de propósito. Num primeiro momento, o estabelecimento conceitual de cidade parece interessar mais àqueles pesquisadores que se inserem na área das ciências sociais aplicadas ou no contexto interdisciplinar do urbanismo e menos àqueles das chamadas ciências mais duras. Essa possível distinção de interesses e a sugestão de que o objeto cidade é visto sob diferentes óticas já sugere uma difícil conjunção de perspectivas sob um único e definitivo significado. A segunda questão que este artigo anuncia é o fato de que a definição conceitual de um objeto de investigação científica se justifica, precipuamente, pelo propósito de clareza, precisão, síntese explicativa e comunicação entre pares de um mesmo campo epistêmico; fatores e práticas essenciais na tarefa científica. A busca do conceito de cidade, ainda que, sabidamente, apresente resultados pouco contundentes, por sua vez, pode ser compensada por externalidades como a nossa aproximação com o objeto em questão e uma maior compreensão que dele se tem. De fato, para a situação que se coloca neste artigo, vale mais o debate sobre o conceito e a compreensão da dificuldade em determiná-lo que propriamente a crença em podê-lo obter. A recorrência dessa situação em outros campos de estudo (vide, como exemplo, o caso da Filosofia) também contribui para reduzir o eventual descrédito dessa intenção para o caso da cidade.

Considerando a última dessas características ou mesmo justificativa para a construção de um conceito, observa-se um interesse operacional e que pode ser expresso de modo teórico, qualitativo, subjetivo ou, ainda, de maneira quantitativa, por meio de números, de tamanhos, e de situações opostas de "sim" e "não". No caso da cidade, essas formas de expressão se distinguem temporalmente, sendo tendencialmente quantitativas em tempos pretéritos e preferencialmente qualitativas na atualidade. Ao mesmo tempo, distinguem dois objetivos distintos da determinação conceitual: a primeira se faz necessária em termos legais, administrativos e políticos, a segunda teria a função de esclarecer um fenômeno complexo. Na operacionalização de dados demográficos, por exemplo, a quantificação da população rural e urbana, assim como no planejamento municipal, a determinação geográfica da área rural e do perímetro urbano são distinções fundamentadas em atributos quantitativos, mensuráveis; no debate teórico ampliado sobre a cidade, atributos qualitativos e dialéticos se destacam, como é o caso do papel dos distintos agentes sociais em sua construção e apropriação.

Do ponto de vista prático, reconhecemos a dificuldade em se trabalhar com um objeto que ora é visto como ampliado, ora reduzido, ora merecedor de uma e de outra prioridade investigativa ou metodológica. Alterações na composição e formatação de um objeto, entretanto, não justificam a sua falta de clareza conceitual; mais injustificável ainda se considerarmos a cidade como o objeto de uma área científica que se quer consolidada. Conciliar o fato de que um domínio de conhecimento, para ser aceito como científico, deve contar com uma coesão interpretativa acerca de seu objeto de estudo, com as reconhecidas limitações impostas a esse mesmo intento no caso específico da cidade, constitui o contexto do presente artigo.

Tourinho (2007) identifica o agravo da imprecisão conceitual sobre a cidade a partir do momento em que ocorre a perda de seu caráter simbólico e de sua função representativa. Até um momento preciso da história, o da industrialização e de seus impactos sobre assentamentos urbanos com forte vínculo com seus espaços rurais, fazer cidade era fazer arquitetura, construir a grande massa edificada; a partir da industrialização segundo moldes mais modernos, a cidade e o urbanismo se distanciam de suas origens formais, o da construção, e partem em busca de um fundamento científico ampliado:

o espaço urbano, entendido como espaço geométrico, intimamente relacionado com a arquitetura, dentro de uma visão da cidade como entidade global, unitária e coerente, cede lugar à compreensão do espaço urbano como espaço geográfico, espaço econômico e espaço social, cujas leis podem ser desvendadas, se impõe sobre o interesse pela forma. (TERÁN, 1984, *apud* TOURINHO, 2007: 15).

O distanciamento dos atributos arquitetônicos ou formais no conceito de cidade, seguramente, não resulta de uma simples opção interpretativa, mas de um longo processo de consolidação do conhecimento sobre ela e da transformação desse objeto. Tal transformação pode ser observada em três grandes períodos, distintos também na extensão de tempo que permaneceram como válidos ou mais usuais.

Primeiramente, o longo período que antecedeu a cidade industrial confundia esse objeto com sua própria massa construída, ignorando ou desconhecendo seus agentes de formação, uso, desconstrução e apropriação.

Na sequência, a evidência dos impactos da industrialização nos assentamentos urbanos exigiu que se pensasse a cidade como um problema a ser resolvido, e não mais a ser construído, apenas; exigindo, pois, a identificação e reconhecimento de agentes até então ignorados. Este segundo período que define o modo como vemos a cidade compreende visões culturalistas e progressistas (conforme CHOAY, 2014, primeiramente publicado em 1966) e mesmo a busca de explicações por uma sociologia urbana ainda em formação, a qual se defrontava com um fenômeno em surgimento. As restrições analíticas desse segundo período - hoje mais claras que à época de sua produção - sugerem sua adjetivação como a “idade da inocência”³ (ULTRAMARI, 2018).

Mais recentemente, Castells (2011, primeiramente publicado em 1977), um dos autores referenciais para se exemplificar o terceiro período, ao buscar entender a grande questão urbana, fala de uma ausência das classes sociais nos estudos urbanos até então realizados, dirigindo sua crítica também para sociologia urbana em formação, ao modo da Escola de Chicago e, sobretudo, de Robert Park. De uma restrição conceitual e de uma “inocência” em relação ao objeto estudado passa-se, pois, a uma ampliação irrestrita do conceito de cidade em tempos atuais, fato que explica a dificuldade ou mesmo impossibilidade de circunscrevê-la e sintetizá-la.

Da Busca do Conceito

Deleuze e Guattari (1991) definem conceito como a essência da filosofia. Para esses autores, o filósofo seria o “*ami du concept*” e a filosofia, rigorosamente, seria “*la discipline que consiste à créer des concepts*”. Enslar (2007), ao relatar experiências pessoais de cerceamento de sua própria liberdade, defende o ato de nomear coisas e fatos - para nós, de conceituar as mesmas coisas e fatos -, como importante para a própria condição humana. Para essa autora, nomear algo vai para além da constituição de um instrumento de comunicação, mas é também um ato de enfrentamento e de posicionamento social e político⁴:

I believe in the power and mystery of naming things. [...] When I was finally able as an adult to sit with my mother and name the specific sexual and physical violence my father had perpetrated on me as a child, it was an impossible moment. [...] I believe it was the moment of naming that allowed both my mother and me to eventually face our deepest demons and deceptions and become free. [...] Naming things, breaking through taboos and denial is the most dangerous, terrifying, and crucial work. [...] I believe freedom begins with naming things. Humanity is preserved by it. (ENSLER, 2007: 63).

A despeito da inegável importância de se nomear ou de se conceituar coisas, fatos, relações e processos, é ostensiva a dificuldade de fazê-lo. A necessidade de um vocabulário comum, ainda que restrito a um campo epistêmico específico (BOURDIEU, 1983), está na justificativa de tal intenção. Deleuze e Guattari (2011, primeiramente publicado em 1995) falam que não existe um “conceito fácil”, uma vez que esses resultam de processos históricos, feitos de relações complexas entre atores sociais diversos e de uma intrincada dialética com outros conceitos. Precisamente essa complexidade, dependente de aspectos locais, regionais e mesmo temporais, faz com que o objetivo deste artigo seja cautelosamente dirigido mais pela contextualização do conceito de cidade e muito menos pela intenção de conceituá-la em definitivo. Ultramari e Firmino (2015: 31) já concluíam similarmente⁵:

³ Em referência à obra *The Age of Innocence* (Wharton, 2004: 123), no qual se descreve relações societárias na efervescente Nova York dos anos 1920. O ambiente descrito pela autora pode ser sumarizado na rejeição ao debate, conforme conhecida observação na narrativa: “*It was the old New York way of taking life "without effusion of blood": the way of people who dreaded scandal more than disease*”.

⁴ Eu acredito no poder e mistério de nomear as coisas. [...] Quando finalmente consegui, como adulta, sentar-me com minha mãe e nomear de forma específica a violência sexual e física que meu pai havia perpetrado contra mim quando criança, foi um momento impossível. [...] Acredito que foi o momento da nomeação que permitiu que minha mãe e eu eventualmente enfrentássemos nossos demônios e enganos mais profundos e nos tornássemos livres. [...] Nomear coisas, romper tabus e negações é o trabalho mais perigoso, aterrorizante e crucial. [...] Eu acredito que a liberdade começa com a nomeação de coisas. A humanidade é preservada por ela.

⁵ Como definir, com toda a precisão e exatidão desejáveis e necessárias os termos cidade (para não mencionar a cidade, aldeia ou assentamento urbano) e urbano, considerando mudanças geográficas e históricas? Como usar as mesmas palavras para processos que estão em constante transformação, da Polis grega, à romana Civitas e Urbe, à cidade industrial do século XIX e finalmente a um mundo urbanizado? Parece óbvio que nomear formas tão diferentes de ocupar um espaço e construir relações sociais sob o mesmo dossel é, de fato, inadequado.

How to define, with all the desirable and necessary precision and accuracy, the words city (not to mention town, village or urban settlement) and urban considering geographical and historical changes? How to use the same words for processes that are under constant transformation, from the Greek polis, to the Roman *Civitas* and *Urbe*, to the industrial city of the 19th Century and finally to an urbanized world? It seems obvious that naming such different ways of occupying a space and building societal relations under the same canopy is in fact inappropriate.

Lefebvre (2015), em sua obra da década de 1970, *O direito à cidade*, pode ser considerado o autor que mais contribuiu para a clareza conceitual em torno da cidade tal qual a conhecemos atualmente; seu intento avança inclusive do intuito de conceitua-la “em definitivo”; porém, procura, antes de tudo, estabelecer um *modus operandi* para a satisfação das demandas do morador dessa cidade segundo princípios de igualdade e liberdade. Nesta obra, em vários momentos, há arrojados esclarecedores sobre aquilo que aqui se discute: urbanização significa o fim da industrialização; o urbano uma totalidade de difícil apreensão por meio do estudo de suas partes; e urbanismo uma ideologia que visa à conquista do urbano, ou seja, do todo. Nesta mesma obra, Lefebvre lança a ideia de *campos cegos*, os quais permeariam os campos já tradicionais do rural, do industrial e do urbano. Segundo esse autor, a partir desses campos cegos, erroneamente julgamos o fenômeno industrial, projeto de racionalidade generalizante, pela perspectiva do rural, e o urbano pela perspectiva dos conceitos tomados do industrial. Complementarmente, Lefebvre ainda propõe o estudo do urbano - ou da sociedade urbana - por meio de três níveis distintos: o nível global, onde o papel do Estado se faz pela coexistência de um neoliberalismo e de um neodirigismo; o nível misto, o qual ocorre no interior da cidade e se preocupa com os espaços de domínio público e equipamentos coletivos; e o nível privado, no âmbito da habitação e de sua apropriação particularizada pelo habitante. Assim dito, vê-se a cidade frente a um grande campo cego que lhe imporia uma inelutável imprecisão conceitual. De fato, se, num primeiro momento, Lefebvre parece estabelecer um conceito, logo conclui que sua intenção é um alerta, chamando a atenção para a miríade de atributos, perspectivas e recortes temporais e geográficos que possam conter o conceito de cidade.

Wirth, Simmel, Park e Weber: o que a cidade pode ser

Pedagogicamente, o aprendizado em qualquer um dos campos científicos que se relacionem com o fenômeno da cidade exige que se inicie com a pergunta sobre o seu significado. Talvez essa pergunta tenha menos importância em campos outros onde o objeto seja mais claro, os pré-conceitos sejam menos divergentes e o interesse por eles sejam menos multidisciplinares. Para o caso específico da cidade, conhecimento buscado por vários campos, há não apenas complementações, mas também divergências em termos de compreensão e de prioridade dada a seus atributos constitutivos.

Com isso, a discussão sobre o “entender a cidade” justifica-se pela síntese das diferentes formas tradicionalmente mais encontradas de fazê-lo. Para tanto, a argumentação de Pierre Lavedan (1885-1992), integrante do influente Institut d’Urbanisme de Paris⁶, com sua obra *Qu’est-ce que l’urbanisme? Introduction à l’histoire de l’urbanisme* (1926) é esclarecedora. Esse autor estabelece quatro formas possíveis de se qualificar o objeto cidade: a primeira é a demográfica, quantitativa, capaz de nos distinguir entre rurais e urbanos, entre moradores de cidades pequenas, médias e grandes. Tal enfoque atende aos interesses imediatos de institutos de geografia e estatística e, por meio de seus dados oficiais ou censitários, objetiva servir a instituição de políticas e repasse de recursos, por exemplo. A segunda é a sociológica, sendo atualmente a mais recorrente. Nesse caso, Lavedan cita outros estudos, como os de Brunhes e Deffontaines, os quais distinguem cidade de aldeia: “Há cidade (ville) todas as vezes que a maioria dos habitantes emprega a maior parte de seu tempo no interior da aglomeração; há aldeia (village) sempre que a maioria dos habitantes emprega seu tempo no exterior da aglomeração” (BRUNHES; DEFFONTAINES *apud* SILVA, 1946: 284). Complementarmente, lembra que “a cidade é um estabelecimento complexo formado de uma multidão de grupos sociais distintos” (MEUNIER *apud* SILVA, 1946: 284). A terceira categoria de como entender a cidade que Lavedan adota é a “arquitetural”, influenciada pela novidade do *skyscraper* e distinguindo a cidade contemporânea da antiga aldeia pela altura das suas edificações.

⁶ Instituto a partir do qual a influência europeia, mas sobretudo a francesa, se fez evidentes nas principais cidades latino americanas até a primeira metade do século XX. Dentre as várias fontes onde é possível encontrar uma discussão sobre essa influência, tem-se Gomes (2009).

Por último, a quarta categoria é a jurídica, sendo cidade a aglomeração que conte com um estatuto jurídico ou municipal, do mesmo modo que as cidades medievais europeias eram assim classificadas quando lhes era outorgado o direito de possuir um mercado. Essa última categoria tem também um caráter político-administrativo, fundamental para ações e planejamento de estado. Exemplo dessa categoria em tempos menos remotos e brasileiro é a Resolução nº 99/1941, do então Conselho Nacional de Geografia⁷, que definiu cidade como a sede municipal, localidade com o mesmo nome do município e onde se localiza a prefeitura.

Na construção do conceito de cidade, o atributo demográfico é a menos polêmico, a mais certa e a mais comumente utilizada. Nestes termos, é referencial o trabalho de Louis Wirth (1897-1952), sociólogo, da Escola de Chicago, autor de *Urbanism as a way of life* (1938), no qual se valoriza a chamada ecologia humana, preocupada com o equilíbrio biótico e social. De forma didática e clara Wirth categoriza as cidades por quatro conjuntos de características: 1) a da permanência que substitui a errância do homem primitivo, silvícola, desconhecedor da agricultura; 2) o tamanho da população do assentamento humano, em oposição a um simples agrupamento de pessoas; 3) a grande densidade capaz de distinguir sua população daquelas que vivem no campo; e, 4) a heterogeneidade social, explicitando a visão de futuro do autor a partir de uma característica que apenas muito depois se faria evidente. A preocupação com o conceito de cidade aparece logo no início do conhecido livro de Wirth, sendo mesmo a sua justificativa principal para escrevê-lo. Como se vê, anterior a seu tempo, Wirth anuncia características da cidade que hoje temos como especificidades da nossa contemporaneidade: individualidade, heterogeneidade e anonimato.

Despite the dominance of urbanism in the modern world we still lack a sociological definition of the city which would take adequate account of the fact that while the city is the characteristic locus of urbanism, the urban life is not confine to cities. For sociological purposes a city is a relatively large, dense, and permanent settlement of heterogeneous individuals. Large numbers account for individual variability, the relative absence of intimate personal acquaintanceship, the segmentation of human relations which are largely anonymous, superficial, and transitory, and associated characteristics⁸ (WIRTH, 1938: 1).

Tais atributos servem para a construção de um conceito aberto ou minimamente de um grande consenso que ainda carece de aprofundamentos analíticos. Resta avançar a respeito do quantitativo de cada um deles ou de como esse pode ser substituído por um qualitativo mais preciso. Wirth reconhece essa questão e prossegue, tratando de uma particularidade do conceito de cidade que quase cinco décadas depois, apenas, autores como Lefebvre identificariam: a distinção entre a cidade e o urbano. Para Wirth, ainda em 1938, o fenômeno do urbano avança em direção a algo conectado, mas distante do que considera cidade: fenômeno construído, da aglomeração, da densidade e da heterogeneidade.

The degree to which the contemporary world may be said to be “urban” is not fully or accurately measured by the proportion of the total population living in cities. The influences which cities exert upon the social life of man are greater than the ration of the urban population would indicate, for the city is not only in ever larger degrees the dwelling-place and the workshop of modern man, but it is the initiating and controlling center of economic, politic, and cultural life that has drawn the most remote parts of the world into its orbit and woven diverse areas, peoples, and activities into a cosmos.⁹ (WIRTH, 1938: 2).

O conceito de cidade pode também ser buscado em Georg Simmel, com escrito em 1902, anterior, portanto, ao de Wirth. Neste texto, o autor estabelece uma aproximação entre a pequena

⁷ Criado no período do Estado Novo, com Getúlio Vargas, é uma das bases para a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE.

⁸ Apesar da dominância do urbanismo no mundo moderno, ainda carecemos de uma definição sociológica da cidade que levasse em conta adequadamente o fato de que, embora a cidade seja o *locus* característico do urbanismo, a vida urbana não se limita às cidades. Para fins sociológicos, uma cidade é um assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos heterogêneos. Grandes números explicam a variabilidade individual, a relativa ausência de convívio pessoal íntimo, a segmentação de relações humanas que são em grande parte anônimas, superficiais e transitórias, e características associadas.

⁹ O grau em que o mundo contemporâneo pode ser considerado “urbano” não é medido de forma completa ou precisa pela proporção da população total que vive nas cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que a proporção de população urbana indicaria, pois a cidade não está apenas em graus cada vez mais elevados de locais de morada e trabalho do homem moderno, mas sim como o centro de iniciação e de controle da vida econômica, política e cultural que atraiu as partes mais remotas do mundo para sua órbita e entrelaçou diversas áreas, povos e atividades em um cosmos.

cidade e a vida rural em profunda distinção de uma metrópole (tema de sua preferência investigativa). Com isso reforça os atributos definidores de um possível conceito de cidade por meio daquilo que entende ser o mais oposto ao fenômeno rural: a metrópole. Mais uma vez, o conceito de cidade rejeita quantificações e precisões.

To the extent that the metropolis creates these psychological conditions [...] it creates [...] a deep contrast with the slower, more habitual, more smoothly flowing rhythm of the sensory-mental phase of small town and rural existence.¹⁰ (Simmel, 1950: 11).

Simmel, ainda que não estivesse preocupado em estabelecer o conceito de cidade, indiretamente o fez, ao explorar o comportamento do homem que aí - na metrópole - vive. De fato, para ele há uma distinção entre o cotidiano e o volume de fluxo informacional que se impõem ao homem da metrópole e àquele que habita a pequena cidade ou o campo. O reconhecimento de tais distinções seria fundamental para que Simmel descrevesse o homem metropolitano - e, por isso, o espaço por ele vivido - como o do reforço à massificação do indivíduo, do monetarismo, das relações passageiras, da pontualidade nas tarefas cotidianas e do anonimato.

A clara distinção conceitual entre um mundo, o rural, e outro, o urbano, sobretudo aquele da metrópole, insere-se num contexto maior e anterior que é o da exclusão e da crítica exacerbada a um ou a outro como modo de vida. Tal contexto caracteriza-se não apenas pela rejeição de um ou outro fenômeno, mas igualmente revela acreditar numa possível opção entre o habitar no espaço urbano ou no espaço rural. White (2012, primeiramente publicado em 1964), por exemplo, confirma a oposição entre mundo rural e a cidade em pelo menos três referências históricas e intelectuais dos Estados Unidos, as quais estabelecem uma longa tradição crítica: Thomas Jefferson (1743-1826), Thoreau (1817-1862) e, ainda mais próximo de nosso tema urbano, Frank Lloyd Wright (1867-1957).

Thomas Jefferson, integrante do chamado agrarianismo norte-americano, mais de uma vez, expressou sua crítica sobre a moral do morador da cidade e mesmo de uma América que se industrializava e se urbanizava, afastando-se da *retidão* encontrada no homem e nação rurais: “*Cultivators of the earth are the most valuable citizens. They are the most vigorous, the most independent, the most virtuous*” (*ibid* 1785, s/n).

Thoreau, acusado de *silvícola* pelo escritor Henry James, defensor de uma vida cercada pela natureza e mesmo de uma desobediência civil que dificilmente se faria viável no espaço urbano tecnificado, não criticou explicitamente a cidade; porém, insistentemente, se mostrava misantropo e amante da vida simples (MOLLER, 1980).

O único lugar em Boston que visito com espontaneidade é o recinto masculino do Fitchburg Depot, onde espero o transporte, algumas vezes por duas horas, na intenção de sair da cidade. (THOREAU, *apud* WHITE, 2005: 301).

Frank Lloyd Wright, preocupado com o crescimento urbano, comumente reputava seu ceticismo ao fato de as cidades sucumbirem à “arrogância” que lhes acredita ser inata. Na sua famosa retrospectiva da cidade na história, faz um relato de um processo de urbanização que temerosamente se generaliza, chegando a sintetizar a história do homem como algo que inicia com uma cidade que era um mundo e termina com um mundo transformando-se em uma cidade (MUMFORD, 1998, primeiramente publicado em 1961).

O que se observa nesses posicionamentos críticos é uma oposição entre cidade e vida rural ou mais próxima da natureza, com recorrência ainda na atualidade, formatando inclusive políticas públicas de habitação, infraestruturas e serviços urbanos que intencionam a “permanência do homem no campo”, a “redução do inchaço das cidades”, ou mesmo um desenvolvimento local na pequena escala (ULTRAMARI, 2005). Há, pois, na gênese da preocupação com o fenômeno urbano ou da cidade, um receio em relação àquilo que seria um mundo urbanizado; postura já comum entre autores que primeiramente discutiram essa temática. Retornando a Simmel, esse estabeleceria, num campo de estudos ainda em formação, um legado em se criticar a cidade, sempre ressaltando seu caráter mais negativo:

¹⁰ Na medida em que a metrópole cria essas condições psicológicas [...], ela cria [...] um profundo contraste com o ritmo mais lento, mais habitual e de ritmo mais fluente da fase sensorio-mental da pequena cidade e da existência rural.

Cities are, first of all, seats of the highest economic division of labor. [...] They are persons who identify themselves by signs on their residences and who are ready at the dinner hour in correct attire, so that they can be quickly called upon.¹¹ (SIMMEL, 1950: 30).

Outro autor recorrentemente buscado para a construção do conceito de cidade é Robert Ezra Park, com texto de 1915, intitulado *The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment*. Como o título sugere, a preocupação do autor está no habitante da cidade e seu perfil. Concordando com Simmel, acredita que a cidade é algo que vai além de suas construções e instituições, as quais só ganham significado ao serem geridas, apropriadas e relacionadas:

It is the structure of the city which impresses us by its visible vastness and complexity, but this structure has its basis, nevertheless, in human nature, of it is an expression. On the other hand, this vast organization which has arisen in response to the needs of its inhabitants, once formed, impresses itself upon them as crude external fact and forms them, in turn, in accordance with the interest and design which it incorporates.¹² (PARK, 1895: 578).

Por último, como o quarto autor selecionado para colaborar na apreensão histórica do conceito de cidade, tem-se Max Weber (1864-1920), com dois de seus trabalhos publicados postumamente e que tratam especificamente da cidade: o livro *The City* (1969, primeira edição 1921), ousado no nome, e seu artigo *The nature of the city* (1969, primeira edição 1921).

No livro, Weber, inicialmente, associa a cidade à questão da densidade demográfica e do número de pessoas vinculadas ao setor secundário e terciário em oposição ao primário; mais que isso, Weber demonstra uma preocupação com valores mínimos desses dois atributos como condição para um assentamento ser denominado cidade. Para além desse recorte do que seria cidade, o artigo de Weber reitera a importância de uma perspectiva que viria a se consolidar e permanecer recorrente até os dias de hoje: a produção capitalista, a geração de renda e seus reflexos no conjunto dos habitantes desse espaço. Com isso Weber entende a cidade como pressuposto e consequência do capitalismo e, mais interessante que tudo em sua análise, como um espaço que nos faz perder a singularidade. Para Weber, as cidades, ao comporem estados nacionais perderam o atributo da totalidade, deixando de serem assentamentos fortificados de comércio e negócio para constituírem partes de uma grande engrenagem capitalista com tendências à globalização. Essa conclusão explicaria a intenção maior de investigação de Weber: a sociedade capitalista e não a cidade. De fato, a cidade moderna e contemporânea como massa construída não ocupa um lugar relevante nas discussões desse autor referencial, o qual nos alerta que, a partir da época moderna, já não é mais cidade, e sim o Estado, que oferece ao capitalismo o quadro institucional e político da sua evolução (SOUSA, 2010).

No artigo *The nature of the city*, Weber, logo no início, anuncia sua preocupação com o conceito de cidade e descreve a reduzida concordância sobre ele.

The many definitions of the city have only one element in common: namely that the city consists simply of a collection of one or more separate dwellings but is a relatively closed settlement. Customarily, though not exclusively, in cities the houses are built closely to each other, often, today, wall to wall.¹³ (WEBER, 1969: 23).

Na continuidade desse texto, Weber irá sempre buscar atributos econômicos, de distinção do mundo rural e sobretudo das estruturas sociais do Ocidente - excluindo de seu conceito cidades do oriente e da Ásia - para apresentar seu entendimento de cidade. De fato, na estrutura de seu artigo, as sessões tratadas são: tipos de consumidores e produtores da cidade, relação da cidade com a agricultura, o conceito político-administrativo da cidade, a cidade como fortaleza e guarnição militar, a cidade como fortaleza e mercado, a cidade ocidental.

¹¹ As cidades são, antes de mais nada, lugares da mais alta divisão econômica do trabalho. [...] São pessoas que se identificam por sinais em suas residências e que estão prontas na hora do jantar em trajes corretos, de forma que possam ser rapidamente chamadas.

¹² É a estrutura da cidade que nos impressiona pela sua vastidão e complexidade visíveis, mas essa estrutura tem sua base, no entanto, na natureza humana, da qual é uma expressão. Por outro lado, essa vasta organização, a qual surgiu em resposta às necessidades de seus habitantes, uma vez formada, imprime-se sobre eles como um cru fato externo e os molda, por sua vez, de acordo com o interesse e o design que ela incorpora.

¹³ As muitas definições da cidade têm apenas um elemento em comum: a de que a cidade consiste simplesmente de uma coleção de uma ou mais habitações separadas, mas é um assentamento relativamente fechado. Habitualmente, embora não exclusivamente, nas cidades, as casas são construídas próximas umas das outras, muitas vezes, hoje em dia, de parede a parede.

To constitute a full urban community a settlement must display a relative predominance of trade and commercial relations with the settlement as a whole displaying the following features: 1) a fortification; 2) a market; 3) a court of its own and at least partially autonomous law; 4) a related form of association; and 5) at least partial autonomy and autocephaly, thus also an administration by authorities in the election of whom the burghers participated¹⁴ (WEBER, 1969: 38).

A partir desses autores - Wirth, Simmel, Park e Weber -, parece haver uma estranha recorrência de atributos na constituição do conceito de cidade e também uma esperada convergência. A adjetivação de estranha fica por conta de os quatro se preocuparem com questões relativas à densidade e aglomeração, talvez atributos que hoje sejam intrínsecos, mas também ironicamente menos importantes no conceito da cidade contemporânea. A convergência possível de ser observada diz respeito ao fato de conceituarem a cidade por meio daquilo que nela ocorre: falam de seu conteúdo, de suas razões de existir, das explicações de como nela se vive; porém, fogem do compromisso de dizer o que de fato são. Justificadamente, os quatro autores rodeiam o conceito de cidade, porém não iniciam uma única frase com *uma cidade é ...*

No já aparente vazio deixado pelo conceito de cidade, há uma preocupação maior com os agentes que constroem, usam, destroem ou ampliam algo; mas o que esse algo significa resta ser mais bem discutido. Voltamos então a um conceito mais simples, já explorado por Lefebvre: a cidade é a massa construída e todo o resto é o urbano. Todavia, mesmo Lefebvre se preocupa menos com a massa construída e muito mais com quem a constrói, a consome e a rejeita.

Se a convergência dos autores sobre a cidade é o que se pode inferir da leitura de obras referenciais dos quatro autores acima discutidos, há também uma outra questão que jaz subliminarmente, qual seja, a cidade é criticada, mas atrai, do mesmo modo que se falou de Karl Marx em relação ao capitalismo: dele muito criticou, mas muito dele falou. Não coincidentemente, destruir o sagrado, rever relações de etnia, de religião, de gênero, perpetuamente destruir e recriar, integrar-se e desintegrar-se são características do viver moderno e também da cidade moderna. Tal lista de fenômenos é encontrada em Marx e Engels (vide *O Manifesto Comunista*, primeira edição 1848) e em Berman (2007, primeiramente publicado em 1982). Aos leitores dos dois primeiros autores, é imediata a constatação de que parecem falar indistintamente de cidade e de sociedade: “tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar friamente sua posição social e suas relações mútuas” (MARX; ENGELS, 2012: 29). Na obra de Berman, com argumento que inicia na própria máxima de Marx e Engels, o cenário que se apresenta é o de grandes empreendimentos arquitetônicos, represas, usinas, o Palácio de Cristal de Joseph Paxton, os boulevares parisienses de Haussmann, os projetos de São Petersburgo, e, finalmente, as rodovias de Robert Moses que cortaram Nova Iorque nos anos 1960. Entender essa lista que se apresenta é um caminho para se entender a cidade. De imediato, fica claro que tal lista é a do viver moderno, a da cidade moderna, e, mais que tudo, a de ambas as coisas indistintamente.

Sociedade e cidade, deslumbre e medo acabam, pois, por constituir partes de um conceito que todos parecem evitar de construir. O primeiro par de fenômenos já se discutiu, evidenciado pelos quatro autores utilizados; o segundo integra a sessão seguinte.

Encantamento, medo e tipologias

O item acima inicia com o pressuposto - confirmado pelos autores estudados - que um dos atributos sempre presente no conceito de cidade é a sua densidade ou seu volume demográfico. Ao finalizar, confirma a existência de outras duas recorrências conceituais: a constante recusa ou receio de se ser contundente na conceituação de cidade e a permanente oscilação ou convivência de deslumbre e medo no olhar para a cidade e, portanto, na sua compreensão.

Para iniciar a discussão sobre o encantamento e o medo vale a lembrança do polêmico trabalho de Mike Davis (1991), *City of Quartz*. Neste livro, a imagem da cidade de Los Angeles como uma das mais ricas do mundo e símbolo cultuado há décadas é radicalmente revista e suas mazelas

¹⁴ Para constituir uma comunidade urbana completa, um assentamento deve mostrar uma relativa predominância de relações comerciais e comerciais com o assentamento como um todo, mostrando as seguintes características: 1) uma fortificação; 2) um mercado; 3) um tribunal próprio e pelo menos parcialmente autônomo; 4) uma forma relacionada de associação; e 5) pelo menos autonomia parcial e autocefalia, assim como ser administrada por autoridades na eleição das quais eu os cidadãos participaram.

expostas. A descrição de uma ruína social, institucional e política, de exageros capitalistas e de negociatas, igualmente chamou a atenção para uma possível perspectiva alternativa ou minimamente complementar. Nelson (1991), por exemplo, em artigo intitulado *If this is hell, why is it so popular?*, resume:

The author makes little mention of the climate, scenery, economic zest and diversity that have made Los Angeles what he calls "the fastest growing metropolis in the advanced industrial world." The millions of newcomers to Los Angeles didn't go there for nothing and, having found a place that seems as close to livable as possible in this world, most feel no compelling desire to leave. Many are even glad that they moved there¹⁵ (*ibid*, s/n).

Tem-se então um conceito de difícil construção e um objeto capaz de provocar paixão e ódio em modo concomitante ou alternado: o conceito é líquido, a reação em relação ao seu objeto flutuante. Foge-se do conceito e visualizam-se utopias e distopias.

Concluindo com essas ambiguidades, vale ainda uma última questão que parece estar presente no conceito de cidade: o seu protagonismo na história do homem, outro atributo a compor o conceito aqui procurado. Em texto bastante referenciado, da década de 1990, Castells e Borja confirmam esse protagonismo:

As cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. Pode-se falar das cidades como atores sociais complexos e de múltiplas dimensões. (CASTELLS; BORJA, 1996: 152).

Tal protagonismo é conferido ao conceito de cidades a partir de uma compreensão sociológica ou mesmo política. Desaparecem desse conceito os atributos físicos ou arquiteturais da cidade, os quais já nos convenceram de sua incompletude conceitual e aqui constituem, apenas, o substrato físico para que esse mesmo protagonismo aconteça. Entretanto, esse mesmo substrato físico, construído, é, a um tempo, resultado de relações sociais, e, por outro, seu potencializador ou cerceador. Na crença máxima desta capacidade, Le Corbusier titula um capítulo de seu livro *Vers une Architecture*, escrito em 1927, de *Arquitetura ou Revolução!* e, bravamente, decreta que o homem é "como ele habita" (LE CORBUSIER, 2002: 120). As críticas a Le Corbusier, a seu racionalismo funcionalista e a sua "simplória egomania" é bastante conhecida (vide, por exemplo, HALL, 2005, primeiramente publicado em 1988). Para além da discussão que Le Corbusier provoca com seus planos mirabolantes e arquiteturas iconográficas, impõe-se um debate interminável e que participa intrinsecamente do conceito de cidade: a polêmica sobre se o homem a faz, ou se ele é feito por ela.

Ora, para aqueles que resistem a reduzir a importância dos atributos físicos da cidade como elementos fundamentais de seu conceito, surge uma outra síntese conceitual, igualmente reduzida: cidade é cenário! Talvez esse seja o conceito mais arriscado atualmente, menos tomado em consideração, constituindo um vazio investigativo injustificável. Movimentos recentes, a partir do começo da década de 2010, entretanto, reforçam a ideia desse cenário, mas também da cidade como elemento possibilitador de mudanças. Tal (re)apropriação do espaço público parece mesmo ter atualizado o desejo de se apropriar do direito à cidade, conforme pensado por Lefebvre, na Paris do final dos anos 1960, e revisitado por Harvey (2012: 4).

The city, the noted urban sociologist Robert Park once wrote, is "man's most consistent and on the whole, his most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. [...] The right to the city is [...] a right to change and reinvent the city more after our hearts' desire. It is, moreover, a collective rather than an individual right, since reinventing the city inevitably depends upon the exercise of a collective power over the processes of urbanization."¹⁶

Na citação acima, escrita no contexto de uma série de manifestações urbanas em nível global, Harvey sedimenta o conceito de cidade como algo vinculado a seu direito. Com isso, mais um

¹⁵O autor faz pouca menção ao clima, cenário, dinamismo econômico e diversidade que fizeram de Los Angeles o que ele chama de "a metrópole que mais cresce no mundo industrial avançado". Os milhões de recém-chegados a Los Angeles não foram para lá a troco de nada e, tendo encontrado um lugar que parece o mais próximo de habitável quanto possível neste mundo, a maioria não sente nenhum desejo de ir embora. Muitos estão até contentes por terem se mudado para lá.

¹⁶A cidade, escreveu o conhecido sociólogo urbano Robert Park, é "a tentativa mais consistente e em geral, mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais próximo do desejo do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também doravante o mundo em que ele é condenado a viver. [...] O direito à cidade é [...] o direito de mudar e reinventar a cidade mais próxima do desejo do nosso coração. É, além disso, um direito mais coletivo do que individual, uma vez que a reinvenção da cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização.

elemento do conceito de cidade se estabelece: cidade é algo a ser apropriado coletivamente e, com isso, algo capaz de exercer o protagonismo da história humana.

As perspectivas conceituais diversas estão dadas e a escolha de uma delas como interesse maior de estudo ou de ação não confirma um desconhecimento das demais. Porém, há uma ressalva: se a liberdade conceitual existe verdadeiramente, ela não exclui preferências. Na revisão do conceito sobre cidade elaborada neste texto há um claro caminho ao longo do tempo, em direção a uma perspectiva cada vez mais complexa e multidisciplinar. Há também a positiva perda de uma inocência no olhar sobre o objeto cidade e, com isso, na formulação de seu conceito. Se em algum momento ela era vista unicamente como um grande conjunto de obras; nos momentos subsequentes, essas ações são criticadas ao limite mesmo de uma justificativa para nada fazermos.

Naquilo que pode ser considerada a primeira conferência internacional sobre urbanismo nos Estados Unidos, ocorrida em Nova York, 1889, Erickson (2012) observa três possíveis grupos de discussão: um, mais numeroso e mais contundente, formado por arquitetos interessados no meio ambiente construído; outro, na saúde pública e nas relações entre doença e condição social, água e coleta de lixo; e um terceiro, formado basicamente por servidores sociais interessados em discutir como melhorar a vida dos habitantes urbanos. No Brasil, de modo similar, Villaça (1999) observa o nascimento da discussão sobre a cidade como uma atividade de planejamento e zoneamento (preocupação com o atributo físico da cidade); Leme (2005) reitera essa ideia ao identificar o foco maior sobre a cidade a partir dos planos de embelezamento (já em 1875) e que seriam confrontados com uma visão ampliada apenas na década de 1970, com os chamados planejamentos sem mapa, sem desenho, com “muitas palavras”. Mais uma vez, agora para um cenário brasileiro, e por último, o conceito de cidade se multiplica e chegamos perto dele por rodeios, apenas; toda vez que a clareza parece dar sinais de ocorrer, uma nova perspectiva de interpretação reduz o convencimento.

Como subterfúgio conceitual, ou na dificuldade de tê-la encapsulada em um único e definido conceito, descreve-se ela por meio das distinções entre uma e outra. *Ranking* de qualidade de vida, por exemplo, nos fazem crer no estabelecimento de uma clara linha entre o bom e o ruim; prêmios internacionais, do mesmo modo, intencionam distinguir uma determinada cidade de seus pares; redes de cidades as diferenciariam pela sua posição hierárquica de polarização e subordinação; diagnósticos diversos para fins diversos de políticas públicas igualmente ilustrariam o estabelecimento de distinções urbanas; modismos passageiros nos tentam a aceitar a distinção de cidades inteligentes, digitais, ecológicas, sustentáveis, amigáveis, competitivas.

Numa dessas classificações, com nomes reconhecidamente criativos, está aquela pensada por Edward Soja (1997) para a metrópole de Los Angeles. Os rótulos são: *Flexcity*, *Cosmopolis*, *Exopolis*, *Metropolarities*, *Carceral Archipelagos* e *Simcities*, todos eles caracterizando o momento apocalíptico e moribundo das pós-metrópoles. *Flexcity* é a metrópole ou partes dela que se reestruturam pela redução da atividade industrial e crescimento da informalidade; *Cosmopolis* diz respeito às novas relações das cidades no cenário global por conta do capital internacional; *Exopolis* significa uma nova ocupação urbana, fruto de uma grande mancha que vai além dos limites político-administrativos tradicionais e cria uma nova e sempre grande cidade; *Metropolarities* representa a fragmentação do antigo centro das cidades, o qual agora se multiplica e se espalha no espraiamento sem fim da metrópole; *Carceral Archipelago* revela uma metrópole obcecada com sua segurança, revelando-se nos condomínios, circuitos fechados de televisão e espaços públicos monitorados; finalmente, a *Simcity* revela a cultura do virtual, o lado da metrópole que se faz digitalmente, apenas, e que teria sua apoteose anos depois com a popularização do jogo Pokémon (*The Pokémon Company*, 1996). Num primeiro momento, essa categorização fascinou e prometeu quase tudo definir, sinalizando um possível entendimento da grande questão da metrópole. Não nos parece ter sido essa a pretensão de Soja; ainda assim, com o tempo, as limitações de tais classificações ficaram cada vez mais evidentes, menos por seus eventuais erros de compreensão de um fenômeno complexo e mais pelas suas próprias restrições analíticas e de síntese.

Outra categorização, agora não da cidade visível, mas literalmente das cidades invisíveis - porque relatada por outrem a um ouvinte interessado - é aquela apresentada por Ítalo Calvino (2000), em *As cidades invisíveis*. Escrita nos anos 1970, essa obra seria recorrentemente citada nos anos 1990 entre os interessados na temática do urbano no Brasil. Aí estão os relatos, na forma de um realismo mágico, que o viajante Marco Polo faz ao imperador Kublai Khan das aproximadamente 50 cidades que conheceu. Cansado da vida e incapaz de conhecer todo seu império, Kublai Khan ordena que lhe relatem aquilo que nunca vivenciaria na realidade. A categorização feita para as cidades

criadas por Calvino atraí pela imaginação literária que distingue aquelas que se caracterizam pela memória (a que se atualiza e conserva o passado), outras pelo desejo (a cidade que nos desperta vontades), pelo símbolo (onde aquilo que se vê não reflete sua verdadeira essência), pelas trocas (os habitantes mudam de uma cidade para outra quando o cotidiano lhes cansa), por serem delgadas (habitadas por jovens mulheres altas e magras), pelos olhos (a cidade se altera pelo olhar de quem a vê ou então a cidade espelho que sempre se repete na água do lago), pelo nome (a cidade é o que é pelo nome que tem ou pelo adjetivo que lhe dão), pelos diálogos na praça (os habitantes morrem e outros assumem seus lugares numa conversa interminável), pelo seu local no céu (distinta e melhor que aquela terrena que a espelha), pela continuidade (a cidade que descarta suas coisas e se renova), por ser oculta (uma cidade dentro da outra), pelos seus mortos (seus habitantes se assemelham a velhos conhecidos já mortos).

As duas categorizações acima revelam intenções específicas: a primeira, a da descrição de uma metrópole norte-americana, a segunda, literária. Ironicamente, a segunda parece ser mais facilmente replicada em outras situações que aquela pensada para o caso específico de Los Angeles. De fato, sua transmutação para aquilo que se vê em outras realidades é incompleta ou imprópria, ora sugerindo a crítica intrínseca a tipologias de cidades, ora alertando, mais uma vez, para a dificuldade da apreensão de totalidades urbanas. Valem, antes de tudo, pelo caráter pedagógico que contêm e pela capacidade de gerar um debate, do mesmo modo que a busca pelo conceito: incompleto no fim, mas válido pelo percurso.

Cinco dificuldades

A constatação da dificuldade da construção conceitual de cidade, além de sugerir um debate específico, útil para a compreensão desse objeto, leva também a buscar as razões de tais dificuldades. Nesta sessão, estão descritas sete dificuldades que podem explicar o árduo trabalho da conceituação de cidade.

A primeira dificuldade que se tem para a compreensão da cidade é o seu caráter de inconstância, sugerindo um objeto de estudo mutante. Nesse caso, a cidade se nos apresenta como algo que não é ou então que não o é sempre assim. As coisas da cidade, as coisas que acontecem na cidade e as pessoas que a constroem e a consomem ora se apresentam de um modo, ora de outro. Tal dificuldade não se origina exclusivamente nos atributos do objeto, mas também nas restrições do observador. Em trabalho que discute os novos movimentos sociais da década de 2010, Basson (2016) apresenta os espaços públicos das cidades, ora como de celebração das liberdades que teriam marcado o avanço do homem em termos de seus direitos, ora como locais de massacre e tirania, “manchando de sangue” e fazendo-nos esquecer desses mesmos avanços: num momento, “locais de festejo”, em outros, “sangue na praça”. Tal situação, enganosa, tenta nos convencer de algo que não permanece em outros momentos. Olhamos ou vivenciamos algo que nos parece tão claro e convincente que somos levados a concluir de acordo com a última imagem vista ou com o último momento vivido. Atento a esses paradoxos, Basson (2016: 13), ao discutir as primaveras árabes de 2010, resume:

A praça pública, do modo como a conhecemos hoje, é em grande parte a criação de um mito. Sim, protestos pela liberdade e igualdade são constituintes ativos de tais espaços, mas também é verdade as armadilhas da tirania. Uma assembleia de cidadãos pode ocorrer em nome da emancipação um dia, e, em outro, promover o preconceito e o ódio.

A situação lembrada por ele exemplifica como uma das características mais marcantes da cidade - a capacidade de oportunizar expressões de liberdade e conquista social - pode também revelar desastrosos retrocessos sociais e demonstrações que sustentam tiranias persistentes. Neste caso específico, a inconstância ou dualidade do objeto cidade se reflete numa paradoxal convivência de encanto e medo, reiterando o já descrito acima. O fato de o conceito de cidade ser influenciado por esse paradoxo, resultando de nossas prioridades e de nossos pré-conceitos, explica a primeira dificuldade na elaboração conceitual que aqui se discute.

Baigorri (2003), observando a ideia de “cidade global”, também analisa a dificuldade de se definir o fenômeno da cidade e do território, pontuando que seu entendimento precisa de uma abordagem transdisciplinar capaz de englobar estilos culturais, modos de vida e interação social. É, portanto, intrinsecamente, um objeto de difícil compreensão, e inclusive contraditório naquilo que

oferta a quem o habita, constrói e dele se apropria. A partir dessas variáveis é imanente que sua conceituação seja não apenas difícil, mas jamais única.

La ciudad, como constructo social, es de suyo contradictoria, pues es tanto un instrumento de dominación como de liberación. Al permitir la acumulación, centralización y redistribución de conocimientos e informaciones, el carácter complejo de la ciudad también se manifiesta en que en ella se hallan tanto las potencialidades de contacto y de comunicación como las de ejercicio del poder público, de estatalización (Baigorri, 2003: 2)¹⁷.

Analisar um objeto em movimento e mutante é tarefa árdua. Tal característica, que hoje nos parece intrinsecamente assimilada a qualquer estudo sobre a cidade, foi mais explicitamente anunciada nos anos 1990, quando dos estudos de autores como, por exemplo, Paul Virilio. Sempre receoso da tecnologia, ele reconheceu que vivemos num mundo urbano e que, ao reduzir distâncias e enfraquecer limites territoriais, nos faz perder o senso da realidade. Em sua obra *O espaço crítico* (1995, primeiramente publicado em 1984), ele descreve um mundo apocalíptico, mas, para aquilo que mais nos interessa aqui, importa seu relato sobre a dificuldade de se viver numa cidade de mudanças rápidas, constantes e, assim, difícil de compreender. Muitos outros autores poderiam ser aqui lembrados para atestar a preocupação frente à velocidade das coisas e suas transmutações. Para o caso específico da cidade, vale mencionar também Felix Guattari, Gilles Deleuze e Jean Baudrillard, ainda com a maior parte da produção anterior aos anos 2000 e outros contemporâneos fortemente influenciados por uma globalização, virtualização e comunicação ainda mais exacerbadas. Mais recentemente, retomando o mesmo raciocínio de autores cuja produção definiu o entendimento que se teve do mundo urbano na década de 1980, Zygmunt Bauman (2001; 115) amplia as características de velocidade e de efemeridade com sua conhecida máxima de que nossas relações contemporâneas “escorrem pelos vãos dos dedos”. Tal situação sugere, num primeiro momento, a inocuidade da conceituação de cidade e também de sua transformação por desígnios de um planejamento ou de uma política pública. A cidade, a um tempo, recusaria conceitos, mas também recusaria ser regrada ou planejada, forçando-nos a repensar a maneira como ela pela primeira vez constituiu-se em campo científico, pela mão do urbanismo, da ação interventora do Estado.

A segunda dificuldade na compreensão da cidade diz respeito aos seus sofismos, aqui entendidos como aquilo que nos convence pelo método ou pela intenção de convencimento e não pela essência do objeto ou fato apresentado. Para esclarecer esse raciocínio, vale lembrar de Baudrillard (1991, primeiramente publicado em 1979), o qual fala em simulacros, de um “profundo abismo das aparências”, de imaginários que seduzem aqueles que se põem a interpretá-los, de uma virtualidade, enfim, que se confunde com a realidade. Tal virtualidade já teria também sido identificada por Lefebvre em *La révolution urbaine* (2010, primeiramente publicado em 1970). Nessa obra, o autor discorre sobre o consumo turístico de Veneza, falso e mutável, ao gosto das virtualidades, no qual o turista não consome a cidade, mas sim o discurso que é feito sobre ela, o discurso feito pelos seus guias ou por aqueles que a querem vender: “O valor de uso, a coisa em si (a obra) escapa ao consumo devorador” (LEFEBRE, 2010; 38). O caráter virtual da cidade contemporânea, falando-se mesmo de uma cidade “infiltrada” e “ampliada” (FIRMINO; DUARTE, 2008), implica em novos atributos a serem considerados no conceito de cidade e de difícil identificação ao modo como até então se caracterizava a cidade concreta. Mais uma vez, vê-se o conceito de cidade prosseguir em seu longo processo de complexificação crescente, mantendo dificuldades intrínsecas e agregando novos atributos que reiteram os dilemas na sua síntese.

Outra dificuldade diz respeito aos dissensos sobre a cidade. O olhar único de cada observador cria uma miríade de variações do mesmo objeto, impossibilitando o grande consenso buscado. Nesse cenário, observa-se a disputa entre o otimismo e o pessimismo, entre o olhar preferencial ao passado e o olhar precípua para o futuro, entre números, indicadores e informações construídos para sintetizar a realidade da cidade de um modo e seus avessos. A dificuldade conceitual decorrente desses dissensos é, aliás, conhecida e explica, também, uma constante dúvida analítica ou conclusiva que igualmente desconsidera sínteses quantitativas e qualitativas em princípio absolutamente mensuráveis. De fato, otimismo e pessimismo - uma das possíveis corporificações dos dissensos sobre a cidade - não resultam apenas de números e fatos mensuráveis utilizados para sintetizar uma

¹⁷ A cidade, como constructo social, é inerentemente contraditória, pois é tanto um instrumento de dominação quanto de libertação. Ao permitir a acumulação, centralização e redistribuição de conhecimento e informação, a natureza complexa da cidade também se manifesta no fato ela de conter tanto o potencial de contato e comunicação quanto o exercício do poder público, do estado.

realidade presente e para imaginar o futuro, pois há aí uma forte variável circunstancial de experiências pessoais. Indicadores que retratam mudanças positivas ou negativas da cidade devem, idealmente, sobrepor-se a essas circunstâncias; todavia, sabe-se, é comum a preponderância do olhar do observador. Estaríamos então propensos a ampliar o dito por Ortega y Gasset (1967, primeiramente publicado em 1914) quando alerta para o fato de que nós somos nós mesmos e nossas circunstâncias. Mais que isso, nosso eventual otimismo ou pessimismo pode também ser embasado em avaliações quantitativas sobre o que significa viver em espaços urbanos. O grande dissenso sobre a cidade se organizaria então em duas importantes posturas: uma explicitamente pessimista, anunciando um futuro mais desigual ou ambientalmente insustentável, um passado sempre idealizado e um presente à mercê de riscos constantes; e outra explicitamente otimista, que elabora observações científicas capazes de anunciar outro mundo sendo construído.

A quarta dificuldade encontrada diz respeito aos palimpsestos da cidade. Os elementos que constroem as cidades - a parte concreta da sociedade urbana - se sobrepõem cumulativamente e escondem relações e processos sociais pretéritos. As maneiras de analisar e de conceituar a cidade estariam então impregnadas por momentos que não mais existem e submetidos a uma incapacidade de compreender como as cidades foram vistas por seus próprios habitantes e pesquisadores no passado. Este é o pressuposto adotado, por exemplo, por David Lowenthal (2005, primeiramente publicado em 1985), ao discutir as dificuldades contemporâneas em entender o passado: “*the past is a foreign country*”¹⁸. Essa incompreensão intrínseca do passado e, mais ainda, dos palimpsestos da cidade, fragiliza qualquer rejeição contemporânea em relação àquilo que uma vez fora considerado correto. Com isso, a longa linha do tempo com as diversas compreensões de cidade que se tem até então evidencia não apenas uma ampliação do seu conceito, mas também possíveis erros de análise, de substituições de atributos e de revisões qualitativas que compõem esse mesmo conceito. Eco, ao discutir essa postura analítica, quando da síntese que elaborou sobre trabalhos apresentados em um evento científico, afirmou:

In other words, I feel that what links the essays collected here is that they are about ideas, projects, beliefs that exist in a twilight zone between common sense and lunacy, truth and error, visionary intelligence and what now seems to us stupidity, though it was not stupid in its day and we must therefore reconsider it with great respect.¹⁹ (ECO, 1998: IX).

O fato de o conceito de cidade estar, esperadamente, impregnado pelo palimpsesto constituinte de nossas cidades e restrito a uma perspectiva restrita que sempre temos do passado reforçam as dificuldades analíticas e de expressão. Seja pela limitação lembrada por Lowenthal, seja pela presunção que Eco afirma possuímos, o conceito de cidade mais uma vez se restringe a um profícuo processo de debate, reiterando a inconsistência da busca pela sua precisão.

Por último, a quinta dificuldade diz respeito à compreensão da cidade, ironicamente, como uma prisão. Olhar para o objeto sendo parte dele, sabidamente, dificulta qualquer entendimento buscado. Essa teria sido, por exemplo, a referência primeira de Montesquieu (2004, primeira edição 1721), em *Les lettres persanes*, ao adotar a estratégia de subterfúgio de se ter estrangeiros para criticar a sociedade francesa da época: para além do anonimato intencional, o autor garantia uma perspectiva dificilmente praticada pelo habitante local, restrito em suas comparações e inserção num mundo maior. No caso de nossas cidades vividas, nem morador nem observador habilitam-se para exercitar o olhar estrangeiro, mirando para um mundo do qual fazem parte, que ajudaram a construir, que sustentam e no qual guardam interesses. É conhecida a crítica à autonomia do sujeito em relação ao objeto; porém, ainda persiste o entendimento de que sujeito tem uma unicidade e que se relaciona com outra entidade que lhe é externa, ou seja, o objeto, aquilo que pode ser “observado”. No caso da cidade, todavia, tal objeto impossibilita esse posicionamento analítico, não havendo, pois, a conceituação de *um pela distinção do outro*, mas sim a existência de *um contido no outro*. Refletindo sobre a natureza da cidade, Hermida (2015) faz referência ao ensaio *This is Water: Some Thoughts, Delivered on a Significant Occasion, about Living a Compassionate Life*²⁰, de David Foster Wallace, utilizando a citação abaixo para ilustrar a dificuldade de se conhecer objetivamente um fenômeno no qual estamos vitalmente inseridos, a cidade:

¹⁸ Título da obra de Lowenthal, em referência à outra obra, *The go-between*, do escritor inglês L. P. Hartley, de 1953.

¹⁹ Em outras palavras, eu sinto que o que conecta os ensaios coletados aqui é que eles são sobre ideias, projetos, crenças que existem em uma zona crepuscular entre senso comum e loucura, verdade e erro, inteligência visionária e o que agora nos parece estupidez, ainda que não o fosse a seu tempo, e que, portanto, devemos reconsiderar com grande respeito.

²⁰ Original disponível em <<http://faculty.winthrop.edu/martinme/thisiswater.htm>> [16/05/2018].

There are these two young fish swimming along, and they happen to meet an older fish swimming the other way, who nods at them and says, "Morning, boys, how's the water?" And the two young fish swim on for a bit, and then eventually one of them looks over at the other and goes, "What the hell is water?"²¹ (*ibid*: 13)

Essa categorização de cinco dificuldades para se entender a cidade sugere que há um vínculo indissociável entre a elaboração conceitual de cidade com determinadas ideias que se tem sobre ela, explicando em parte a dificuldade em conceituá-la. Se assim o for, não seria a cidade o objeto difícil de ser compreendido, mas sim nossas prioridades e crenças na maneira de transformá-la que impediriam compreendê-la na totalidade e de modo universal. A clara intenção de transformar a cidade, ao se constituir em fator recorrente no estudo da cidade, restringe o exercício conceitual. De fato, este parece ser fator comum a todas as ressalvas observadas na discussão acima, seja na explicação de substituições de um entendimento por outro, seja na valorização de um autor em detrimento de seu oposto e, sobretudo, na explicação das cinco dificuldades há pouco descritas.

Considerações finais

As considerações finais de um artigo com características ensaísticas tendem a constituírem uma síntese daquilo que foi dito. A revisão dos possíveis conceitos de cidade, dos elementos mais recorrentes na sua construção e das dificuldades de entender esse mesmo objeto foi responsável pela estrutura principal do artigo. Essa mesma estrutura foi pensada sem a pretensão de se obter um conceito síntese; ao contrário, tomou-se, desde o início, o debate sobre o conceito como um possível provocador de debate sobre a cidade.

A constatação de uma dificuldade em ser conclusivo nesta discussão reitera o pressuposto com que se começou o artigo. Nesse sentido, vale a lembrança do *conceito de conceito* trazida por Hjørland (2009), essa também inconclusiva:

Hoje, não há consenso sobre o que são conceitos, quais teorias do conceito são mais importantes e como as teorias do conceito podem ser classificadas [...] [havendo] diferentes visões sobre conceitos, de grandes filósofos e cientistas, que estão associadas com distintas visões epistemológicas e do mundo e cada uma delas estão inclinadas a competirem entre si (HJORLAND, 2009, *apud* MACULÁN e LIMA, 2017, s/p).

Três possibilidades nos parecem ficar claras ao final deste artigo. Cidade constitui um conceito ainda carente de determinação clara, característico de campos científicos em formação; cidade é um conceito intrinsecamente incompleto, com inserções distintas em campos científicos igualmente distintos; cidade é um conceito multidisciplinar e que busca conciliar distintas prioridades e perspectivas investigativas, com a prerrogativa ora de uma ora outra dessas mesmas prioridades e perspectivas.

A despeito de uma já esclarecida diferenciação entre mundo urbano e cidade, parece haver uma indistinção permanente no nível dos estudos realizados sob o título dessas duas palavras. A nebulosa conceitual aqui descrita nega essa distinção, colocando sua validade em discussão no contexto contemporâneo. De fato, nos arremessos de conceitos revisados, há sempre uma opção analítica ora para o urbano, ora para a cidade. Na eventualidade de esses dois fenômenos serem indistinguíveis como objeto de estudo, certa clareza conceitual parece se anunciar.

Uma das dificuldades descritas acima sugere explicar a dificuldade conceitual de cidade pelo fato de inserirmos neste exercício atributos que acreditamos capazes de transformá-la, segundo prioridades específicas ditadas pelas nossas ideologias. Gama (2017), ao discutir a modernidade líquida de Bauman (2001), acima referenciada, relembra que não é suficiente pensar o mundo de modos diferentes; no nosso caso, de descrevê-lo conceitualmente segundo perspectivas distintas. Com isso, corre-se o risco do imobilismo frente a algo que, afinal, pode ser momentâneo ou passageiro. Sob essa perspectiva, valeria o risco da imperfeição conceitual de cidade, mas também o da garantia da intenção transformadora.

Why in the world do you work so hard on Homer? In any case you don't understand him". Whereupon I replied: "I don't understand the sun, the moon, or stars either: but they pass over my head, and when I see them I recognize myself in them and consider their regular, marvelous

²¹ Dois peixes jovens nadam juntos, e encontram um peixe mais velho nadando na direção oposta, que acena para eles e diz: "Bom dia, garotos, como está a água?" Os dois peixes jovens continuam a nadar, e então, eventualmente, um deles olha para o outro e diz: "O que diabos é a água?"

movement and think: Who can tell?²² (GOETHE [1749-1832], *apud* KOLAK, 2016: 10, primeiramente publicado em 2007).

De acordo com o pressuposto desta reflexão que é a de considerar a busca pelo conceito de cidade o exercício do necessário debate sobre ela, vale a digressão acima. Conforme anunciado na origem deste artigo, o debate sobre o conceito significa debater seu próprio objeto, justificando-se pela externalidade provocada pela intenção original; tal qual Goethe teria respondido a seu interlocutor preocupado em saber porque o autor tanto se preocupava com Homero. Refraseando sua parábola, ele teria dito: penso sempre a respeito da cidade, ainda que reconhecendo minha dificuldade em apreendê-la, mas o faço porque aí eu me insiro.

Bibliografia

BASSON, Steve. Blood on Square. In: *LA+*. University of Pennsylvania School of Design. San Francisco, CA: ORO Editions, 2016.

BAIGORRI, Artemio. Hacia la urbe global. Badajoz, mesópolis transfronteriza. *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [Online]. Universidad de Barcelona. Vol. VIII, nº 460, 10 de Septiembre de 2003. < <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-460.htm> > [22/04/2018].

BAUDRILLARD, Jean. *Da Sedução*. São Paulo: Papirus, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Grandes Cientistas Sociais, nº 39. São Paulo: Ática, 1983.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Revistas Novos Estudos*, nº 45, julho de 1996. [Online]. São Paulo: CEBRAP. <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf)>. [16/11/2016].

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2011

CHOAY, Françoise. *L'urbanisme: utopies et réalités*. Paris: Point, 2014.

CRESTANI, Andrei; OLIVEIRA, Jelson, ULTRAMARI, Clovis. *Diálogo sobre a Cidade: entre Filosofia, Arquitetura e Urbanismo*. Curitiba: PUCPRESS, 2017.

DAVIS, Mike. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. New York: Verso, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia 2*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

_____. *Qu'est-ce que la philosophie?* Collection Critique: Paris, 1991.

ECO, Umberto. *Serendipities: language and lunacy*. New York: Columbia University Press, 1998.

²² “Por que você se esforça tanto com Homero? De mais a mais, você não o entende”. Ao que respondi: “Eu não entendo o sol, a lua ou as estrelas, mas eles passam por sobre minha cabeça, e quando os vejo me reconheço neles e, ao ponderar seu movimento regular e maravilhoso, penso: “Quem sabe?””.

ENSLER, Eve. The power and mystery of naming things. In ALLISON, Jay, *This I Believe: The Personal Philosophies of Remarkable Men and Women*. Henry Holt and Company: New York, 2007.

ERICKSON, Amanda. A Brief History of the Birth of Urban Planning: The field first started in America as the purview of three very different types of thinkers. *The Atlantic Citylab*. [Online]. Cambridge: MIT. Aug. 24th 2012. <<http://www.citylab.com/work/2012/08/brief-history-birth-urban-planning/2365/>>. [01/11/2015].

FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fabio. Cidade infiltrada, espaço ampliado: as tecnologias de informação e comunicação e as representações das espacialidades contemporâneas. In *Arquitextos*: [Online]. São Paulo: Vitruvius, 096.01 ano 08, maio 2008. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/3408>>. [11/01/2018].

GAMA, Zacarias. A quem serve a modernidade líquida de Bauman? [Online]. São Paulo: Carta Capital, 11 de Janeiro de 2017. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/11/quem-serve-modernidade-liquida-de-bauman3/> [11/03/2018].

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo. 1920-1960*. [Online]. Salvador: Edufba, 2009. 298 páginas. https://books.google.com.br/books?id=9gDmCQAAQBAJ&pg=PA247&lpg=PA247&dq=planos+par+a+as+capitais+latino+americana&source=bl&ots=RA7moFACme&sig=gDnz3Y0_AAuf9lmGxoq_w0UBr42s&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjW3uDr6s7aAhUPI5AKHdXrCRoQ6AEIcTAM#v=onepage&q=planos%20para%20as%20capitais%20latino%20americana&f=false [20/03/2018].

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARVEY, David. The right to the city. Selected Papers. [Online]. New York, 2012. <https://davidharvey.org/media/righttothecity.pdf> [16/03/2018].

KOLAK, Daniel. *The Longman Library of Primary Sources in Philosophy: Zhuangzi*. Routledge. New York, 2016.

JEFFERSON, Thomas. Carta a John Jay. [Online]. <http://avalon.law.yale.edu/18th_century/let32.asp>. [22/01/2018].

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAVEDIN, Pierre. *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*. Henri Laurens: Paris, 1926.

LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 2010.

_____. *Le droit à la ville*. Paris: E. Economica, 2015.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. Salvador: EDUFBA, 2005.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge University Press: Cambridge, 2005 (primeira edição 1985).

MACULÁN, B. C. M. dos Santos; LIMA, G. A. B. de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. In *Perspectivas em Ciência da Informação* [Online]. vol. 22, nº 2 Belo Horizonte, Apr./June 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2963>>. [20/02/2018].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MOLLER, Mary Elkins. *Thoreau in the human community*. The University of Massachusetts Press, 1980 (Disponível parcialmente em Google Books).

MONTESQUIEU. *Les lettres persanes*. Paris: Persée, 2004.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Iberoamericana, 1967.

OSORIO, Pablo; HERMIDA, Augusta; CALLE, Christian; ORELLANA, Daniel; CABRERA, Natasha. *La Ciudad es Esto. Medición y representación espacial para ciudades compactas y sustentables*. [Online]. Universidad de Cuenca, 2015. <https://www.researchgate.net/publication/275154946_La_Ciudad_es_Esto_Medicion_y_representacion_espacial_para_ciudades_compactas_y_sustentables>. [16/05/2016].

NELSON, Bryce. If This Is Hell, Why Is It So Popular. *The New York Times* [Online]. <<http://www.nytimes.com/1991/03/03/books/if-this-is-hell-why-is-it-so-popular.html>>. [13/11/2016].

PARK, Robert Ezra. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. In *The American Journal of Sociology*. [Online]. Vol. XX, nº 5. <<https://archive.org/stream/TheCityRobertEPark/TheCity#page/n0/mode/2up>>. [20/09/2016].

POKEMON COMPANY. Pokémon. Tóquio: 1996

SILVA, Moacir. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras. In *Revista Brasileira de Geografia*. [Online]. Julho-Setembro, Vol. 8, nº 3, 1946. Rio de Janeiro: IBGE. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n3.pdf>. [15/11/2016].

SIMMEL, Georg. The sociology of the space. In: FRISBY, David e FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on culture: selected writings*. Londres: Sage Publications, 2000.

SIMMEL, Georg. The Metropolis and Mental Life. In WOLFF, Kurt Heinrich (org.), *The sociology of George Simmel*. New York: The Free Press, 1950.

SOJA, Edward. *Six Discourses on the Postmetropolis*. Imagining Cities. Scripts, Signs, Memory. London/New York: Routledge, 1997.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In GITAHY, M. L. Caira e CORREIA DE LIRA, J. Tavares (org.), *Cidade: impasses e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2007.

ULTRAMARI, Clovis e FIRMINO, Rodrigo. Urban beings or city dwellers? The complementary concepts of 'urban' and 'city'. *City & Time* [Online]. 4 (3), 2010. <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/>>. [12/02/2018].

ULTRAMARI, Clovis. *O fim das utopias urbanas*. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

_____. O que é cidade. Palestra na disciplina Pesquisas Contemporâneas do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em parceria com: Maestría en Gestión Urbana da Universidad Piloto, Colombia, Latinx and Latin American Studies Program, da University of Missouri, e Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidad de Buenos Aires. Curitiba: março/abril de 2018.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: Deák, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos (Org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. São Paulo: Editora 34, 1995.

WEBER, Max. The city. In *Classic essays on the culture of cities*. SENNET, Richard (org.). [Online]. Brandeis University, Prentice Hall: New Jersey, 1969. <http://www.laits.utexas.edu/berlin/pdf/scholarship/Weber_The%20Nature.pdf>. [15/03/2018].

_____. The nature of the city. In *Classic essays on the culture of cities*. SENNET, Richard (org.). [Online]. Brandeis University, Prentice Hall: New Jersey, 1969. <http://www.laits.utexas.edu/berlin/pdf/scholarship/Weber_The%20Nature.pdf>. [15/03/2018].

WHARTON, Edith. *The Age of Innocence*. New York: Barnes and Nobel, 2004, first edition 1920.

WHITE, Morton Gabriel; WHITE, Lucia. *The Intellectual versus The City: From Thomas Jefferson to Frank Lloyd Wright*. New Jersey: Princeton Press, 2012.

WHITE, Morton Gabriel. *From philosophical point of view*. New Jersey: Princeton Press, 2005.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life, in *The American Journal of Sociology*. [Online]. Vol. 44, nº 1, Julho, 1938. <http://www.jstor.org/stable/2768119?seq=1#page_scan_tab_contents>. [07/11/2016].



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.